

O MAPA DAS DESIGUALDADES NO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Maria Carolina Leme e Ciro Biderman

RESUMO

Neste artigo compara-se a distribuição de renda na Metrópole e no Interior do estado de São Paulo, em face da heterogeneidade produtiva que caracteriza a economia paulista. As diferenças na distribuição de renda são confrontadas com as características do perfil educacional dos chefes de família e com as diferenças de gênero e cor. As piores condições aparecem nas regiões de economia mais tradicional, marcadas por conflitos de terra. O vetor noroeste do estado, com agricultura bem-desenvolvida e indústria moderna, apresenta as melhores condições de vida do interior. Verifica-se que o relativo bem-estar no entorno da Metrópole não consegue se expandir para as regiões próximas.

Palavras-chave: distribuição de renda; economia regional; interiorização da indústria; estado de São Paulo.

SUMMARY

This article compares income distribution in Metropolitan São Paulo with different regions in the interior of São Paulo State, considering the diversity in production that characterizes this state's economy. Differences in income distribution are then contrasted with profiles of the educational background of household heads and with gender and colour differences. The worst conditions appear in regions dominated by a more traditional economy, where conflict over land tenure exists. The northwestern region, with its well-developed agriculture and modern industry, presents the best living standards in the state. The study also shows that the relatively good living standards around the metropolitan area have not expanded to nearby regions.

Keywords: income distribution; regional economy; industrial relocation; São Paulo (state).

A desigualdade de renda foi um dos principais objetos de estudo dos economistas brasileiros a partir da publicação do Censo de 1970, quando se constatou enorme crescimento da desigualdade na década de 60. Langoni (1973) o atribuiu às disparidades educacionais na força de trabalho, mas não procurou identificar os determinantes das diferenças educacionais. Já Fishlow (1972) o relacionou às políticas de crescimento do regime militar, sem contudo identificar a via pela qual se efetivaram. Apesar de a polêmica não se ter resolvido, a partir da década de 80 os estudos de desigualdade de renda perderam espaço na literatura econômica brasileira. Na década de 90, no entanto, o tema voltou ao centro do debate. O fato é que a desigualdade de renda no Brasil tem aumentado continuamente desde 1960, atingindo em

(1) Este artigo é produto da pesquisa "O desafio metropolitano brasileiro: Reestruturação produtiva, combate à pobreza e equidade", financiada pela Finep. Agradecemos os comentários dos participantes de um seminário interno realizado no Cebrap para discussão da pesquisa, parcialmente incorporados aqui. Valem as isenções de praxe.

1990 um grau superior ao encontrado em qualquer outro país da América Latina (Psacharopoulos e outros, 1992).

Este artigo procura comparar a distribuição de renda — aqui considerada um indicador de bem-estar social — na Metrópole e no Interior do Estado. Na primeira seção, compara-se a produção industrial e agrícola nestas duas regiões. Na segunda seção, partindo das regiões de governo do estado, propõe-se uma agregação para o Interior em cinco grandes regiões, tendo como pano de fundo a heterogeneidade produtiva que caracteriza a economia paulista². Em seguida, compara-se a distribuição de renda destas regiões de acordo com alguns critérios de ordenação. Na quarta seção, as diferenças na distribuição de renda são confrontadas com as diferenças no perfil educacional dos chefes de família — que tem sido apontado como a variável mais importante para explicar a desigualdade na distribuição de renda brasileira — e, na quinta, com as diferenças de gênero e cor. Por fim, são apresentadas algumas conclusões.

(2) Para uma análise mais detalhada destas regiões, ver: Seade, 1992; Leme e Biderman, 1997.

Metrópole e Interior do estado: produção industrial e agrícola

Como se sabe, o estado de São Paulo concentra boa parte da atividade industrial brasileira: cerca de 41% da produção de 1991 (Seade, 1995). Esta produção, que era extremamente concentrada na Metrópole, se deslocou para o Interior, especialmente na década de 70, processo que ficou conhecido como "interiorização" da indústria³. Embora o produto agrícola do estado, representando cerca de 15% do produto nacional, não tenha a importância relativa do setor industrial, não se pode compreender a estrutura produtiva do estado sem levar em conta o setor agrícola. A agricultura paulista é uma das mais dinâmicas do país e, como é notório, realiza-se praticamente toda fora da Metrópole⁴.

(3) Ver, por exemplo: Cano, 1988.

(4) Utilizou-se a definição de região metropolitana de São Paulo (aqui designada como "Metrópole") da Emplasa e da Fundação Seade, ou seja, não incluindo Santos, como faz o IBGE.

Tabela 1
População total e PEA, por setores, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	População total (milhares)	PEA					
		Total (milhares)	% Agr.	% Pec.	% Ind.	% Com.	% Serv.
Estado	31.512	13.149	5,9	1,7	33,5	13,3	44,1
Metrópole	15.445	6.430	0,5	0,2	36,4	14,0	47,1
Interior	16.067	6.720	11,1	3,2	30,8	12,6	41,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Os dados da PEA indicam que, embora uma grande parte da força de trabalho do Interior esteja na indústria, esta proporção ainda é maior na Metr pole, o mesmo ocorrendo com o setor de serviços. Tanto na Metr pole como no Interior o setor terciário é o grande empregador, concentrando quase 60% da força de trabalho⁵. Do ponto de vista da produ  o⁶, os dados indicam que, no que diz respeito   indústria, embora a Metr pole concentre o maior volume de produção e emprego, quando medimos o valor adicionado (VA) por trabalhador na indústria este é significativamente mais alto no Interior. Se o VA na indústria é uma boa *proxy* para o produto industrial, este deveria ser um bom indicador da produtividade média do setor como um todo, e mostra uma *performance* bem superior no Interior, provavelmente refletindo uma maior concentração de indústrias intensivas em capital em seu setor formal.

(5) Para uma análise mais detalhada da distribuição da PEA em 1991 por subatividade do setor terciário, ver: Meyer e outros (1997).

(6) Como não existem censos industriais desde 1985 e os dados do Censo Agropecuário de 1996 ainda não estão disponíveis, trabalhamos com indicadores alternativos para verificar a produção industrial e agrícola das regiões do estado. Como *proxy* para a produção industrial serão utilizados os dados de valor adicionado da Secretaria da Fazenda do estado. Este dado capta apenas o setor formal e, por esta razão, para calcular o produto por trabalhador foi utilizado o dado de emprego formal.

Tabela 2

Valor adicionado e emprego industrial, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Valor adicionado (A)		Emprego industrial (B)		A/B (R\$ mil)
	R\$ milhões	%	Milhares	%	
Estado	39.204	100	2.802	100	13,99
Metr�pole	21.431	55	1.702	61	12,59
Interior	17.773	45	1.101	39	16,15

Fonte: Secretaria da Fazenda e Ministério do Trabalho (Rais).

Quanto à agricultura, a comparação entre Metr pole e Interior é mais ou menos trivial. Se utilizamos como referência a Produção Agrícola Municipal (PAM)⁷, dividida pela PEA na agricultura (já que no trabalho agrícola o grau de informalização é muito grande), verificamos que o valor *per capita*   muito mais elevado no Interior (R\$ 12,3 mil) do que na Metr pole (R\$ 0,8 mil). Esta pequena atividade agrícola na Metr pole é basicamente de produtos de subsistência, em geral produzidos no "cinturão verde" para consumo na região urbana.

Assim, o quadro que se verifica no início da década de 90   de uma Metr pole essencialmente urbana, com atividade concentrada na indústria e nos serviços, e de um Interior que apresenta uma indústria e uma agricultura bastante desenvolvidas. Na realidade, o Interior não pode ser compreendido corretamente se não se considera a diversidade entre as diversas regiões que o compõem. Na seção seguinte procura-se justamente dividir o estado em regiões com certa semelhança entre si, verificando como se distribui a atividade do Interior.

(7) A PAM, do IBGE, é uma pesquisa anual de produção (tem valores e em unidades) de cerca de sessenta produtos agrícolas, incluindo culturas permanentes e temporárias.

As regiões do estado

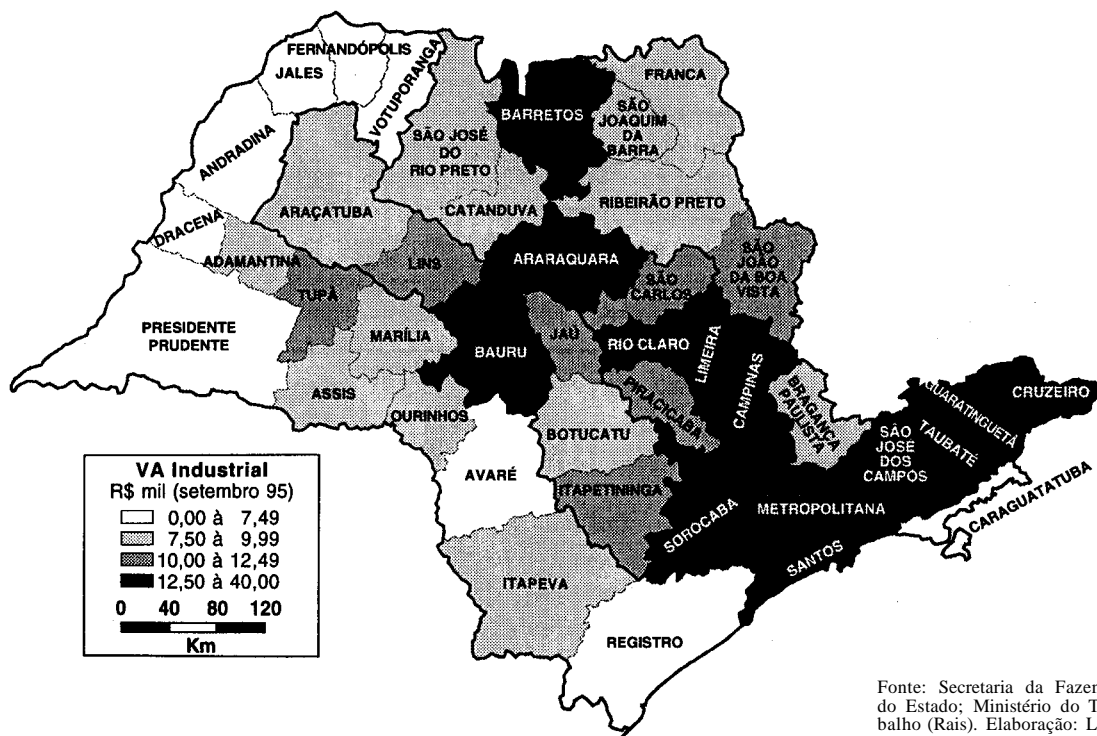
Em 1991, o estado de São Paulo era composto por 572 municípios, 63 microrregiões e 42 regiões de governo (RGs), mais a Região Metropolitana. Trabalhar com os dados desagregados por município é tarefa extremamente árdua, já que uma série de dados simplesmente não está disponível para esta desagregação e, quando se está considerando, por exemplo, a PEA, pode-se confundir o domicílio de residência do indivíduo com o domicílio de trabalho, já que o Censo de 1991 não contempla esta questão⁸. Como se dispunha dos dados de VA desagregados por RG e todas as outras pesquisas eram municipais, optou-se por esta desagregação.

O mapa 1 apresenta a distribuição do VA *per capita* nas RGs do estado. Com exceção de Caraguatatuba e Bragança Paulista, todas as regiões no entorno da MetrÓpole apresentam alta atividade industrial. O mesmo pode-se dizer da região que vai de Campinas a Araraquara: São Carlos e Piracicaba apresentam atividade média-alta, enquanto todas as outras regiões apresentam atividade alta. A região acima desta, começando em Ribeirão Preto e Catanduva e se estendendo ao norte do estado, apresenta atividade média-baixa, com exceção de Barretos.

(8) O Censo Demográfico de 1980 continha o dado no item "Migração pendular".

Mapa 1

Razão entre o VA industrial e o total de empregados na indústria



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado; Ministério do Trabalho (Rais). Elaboração: Led-CEbrap.

A menor atividade industrial verifica-se no cordão da fronteira ocidental do estado, que se inicia em Registro, ao sul, e se estende até Votuporanga, ao norte. Com exceção de Tupã, com atividade média-alta, as regiões apresentam atividade média-baixa ou baixa. Aliás, todas as regiões com atividade industrial baixa, exceto Caraguatatuba, estão neste cordão. Entre o cordão e as outras duas regiões descritas acima existe uma faixa intermediária que se inicia na região de Itapetininga e vai até Araçatuba, no oeste do estado.

No Interior, a indústria, concentrada basicamente no entorno da Metrópole e na região entre Campinas e Araraquara, é razoavelmente diversificada. O principal subsetor (produtos químicos) representava 19% do VA na região de Campinas e 21% no Entorno. É claro que o grau de diversificação não é igual ao da Metrópole, onde os quatro principais setores (químico, metalúrgico, elétrico e dos transportes) apresentaram, ao longo da década de 90, praticamente o mesmo peso, em torno de 12%. A pequena indústria das outras regiões é muito concentrada no setor de produtos alimentícios. Este setor respondia, em 1991, por 27% do VA industrial do cordão fronteiro, 31% da região intermediária e 41% da região acima de Ribeirão Preto. A grande concentração da indústria de alimentos nesta região ilustra justamente o fato de que esta se caracteriza pela agroindústria.

Por outro lado, verifica-se forte relação de complementaridade das atividades nas áreas do Entorno: Santos, Sorocaba e Vale do Paraíba. Trata-se, em parte, de uma herança dos grandes investimentos da indústria de bens duráveis e de bens de capital, fora da Capital e do ABC, feitos na década de 70. Este transbordamento da atividade industrial favoreceu várias regiões do estado, mas foi a do Vale do Paraíba a principal beneficiária, já que Taubaté e São José dos Campos receberam a segunda onda de investimentos da indústria automobilística. Esta região também foi favorecida pelos gastos governamentais com a instalação de uma refinaria de petróleo, que propiciaram o desenvolvimento da indústria química, e pelos gastos militares, que permitiram o crescimento da indústria de armamentos e do complexo aeronáutico. A cidade de São José dos Campos é sede de um centro de pesquisa aeroespacial ligado ao mais importante instituto de aeronáutica do país. Todo este complexo, no entanto, sofreu um grande abalo com o fim do regime militar e com a crise fiscal do estado. Recentemente, São José e Taubaté voltaram a ser beneficiadas com a terceira onda de investimentos da indústria automobilística.

Na região de Santos, a complementaridade com a economia paulistana vem do fornecimento de insumos básicos com a instalação, em Cubatão, do pólo petroquímico na década de 50 e do pólo siderúrgico, na década de 60. O porto de Santos desempenha papel fundamental na importação e exportação. Santos e Caraguatatuba são também as mais importantes áreas de lazer dos paulistanos. Como a economia metropolitana, a do litoral sente os efeitos da crise dos anos 80.

As regiões industriais do estado apresentam alguns traços comuns: em todas elas se desenvolveram aglomerações urbanas de porte razoável (pelos dados preliminares da contagem de 1996, a área de São José dos Campos e seu entorno contava com 772 mil habitantes, a de Sorocaba, com 966 mil, e de Santos, 1.310 mil), a atividade industrial ficou circunscrita às proximidades da cidade central e todas estão cercadas de áreas mais pobres, evidenciando que o tipo de relação econômica com a Metrópole não gerou uma dinâmica regional forte. Em outras palavras, a relação de complementaridade com a economia paulistana gerou núcleos potentes e altamente concentrados em termos da produção industrial, mas sem grande poder de irradiação, gerando assim certo desequilíbrio regional.

Em situação diferente encontra-se a região de Campinas/Araraquara, com atividade industrial relativamente independente da economia metropolitana. Esta região também se beneficiou da desconcentração industrial da década de 70, tanto em investimentos privados como governamentais. Vem se destacando, ainda, como o mais importante pólo tecnológico do Interior, com grande número de centros de pesquisa e universidades que atraíram indústrias de ponta, como de fibra ótica, sistemas elétricos, telefonia digital, automação, indústrias de mecânica de precisão, instrumentação de ortodontia, aparelhos médicos etc.

Assim, um importante traço distintivo entre estas duas regiões é que na região de Campinas/Araraquara a dinâmica econômica não ficou restrita aos grandes centros urbanos; ao contrário, transbordou por toda a área. Por exemplo, a aglomeração ao redor de Campinas respondia em 1994 por 60% do VA industrial da região e por 47% da população. A concentração populacional é semelhante às de São José dos Campos e Sorocaba, mas a concentração produtiva é cerca de 20% mais baixa.

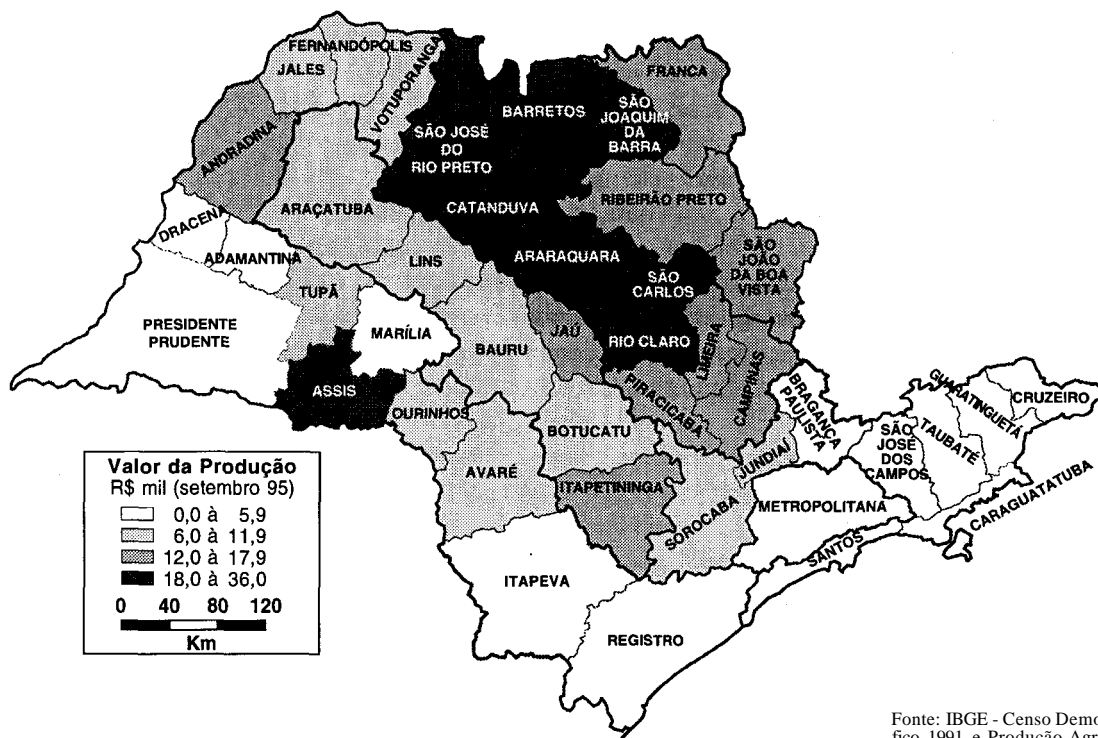
A região desenvolveu também uma atividade agrícola importante, altamente capitalizada e produtiva, que mantém relações estreitas com a região de Ribeirão Preto. Como se pode observar no *mapa 2*, tanto na região de Campinas/Araraquara como naquela ao norte de Ribeirão Preto a atividade agrícola é de média-alta para alta. Já no entorno metropolitano e na franja ocidental do estado a atividade é extremamente baixa. Com exceção de Assis, com produção alta, e Andradina, média-alta, todas as regiões apresentam valor *per capita* da produção agrícola médio-baixo ou baixo.

As regiões de Campinas e Ribeirão Preto e suas adjacências representam a maior parcela da produção agrícola: 64% do total do estado. Na realidade, o desenvolvimento da agroindústria nestas regiões esteve intimamente ligado ao esforço nacional de gerar mega-superávits de comércio exterior na década de 80. É bom lembrar que nesse período as atividades exportadoras e substitutivas de importações contaram com uma política cambial agressiva e com fortes subsídios oficiais. Assim, a indústria de suco de laranja foi favorecida pelo lado das exportações, enquanto a sucroalcooleira, poupadora de petróleo, ganhou novo fôlego com o Proálcool.

De fato, o estado de São Paulo mudou o perfil da sua produção agrícola. O café, tão importante em outras épocas, em 1993 representava apenas 8% do valor da produção agrícola do estado, abaixo do milho (11%). Para se ter uma idéia, a cana-de-açúcar e a laranja, juntas, representavam cerca de 60%. Quase toda a produção de laranja está concentrada nestas regiões. A cana se distribui de maneira mais ou menos uniforme nas regiões, apesar de estar um pouco mais concentrada em Ribeirão e adjacências. A produção de milho, o terceiro produto do estado, está concentrada na franja ocidental.

Mapa 2

Valor da produção agrícola sobre a população economicamente ativa na agricultura



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e Produção Agrícola Municipal 1993. Elaboração: Led-Cebrap.

As atividades agrícolas na região agroindustrial induziram investimentos em indústrias complementares de beneficiamento da produção e de bens de capital para a agricultura, que formaram um complexo bastante dinâmico. Ribeirão Preto é a região com os mais altos níveis de tecnologia e mecanização, que se refletem em elevada produtividade. Estes desenvolvimentos estimularam o crescimento de um terciário moderno, principalmente em atividades de comercialização e financiamento, que tornaram a cidade um dos centros urbanos mais dinâmicos do país.

A atividade pecuária está localizada principalmente na franja ocidental. De acordo com os dados da Produção Pecuária Municipal (PPM), do

IBGE, em 1993 quase metade do rebanho de bovinos estava nesta região, além de 43% das galinhas, 36% das vacas ordenhadas e 34% do rebanho de suínos. É muito difícil criar um índice de produtividade para a atividade pecuária, especialmente porque a PPM não apresenta dados de valor para os rebanhos. Mesmo assim, a proporção dos rebanhos nesta área é sempre maior do que a proporção da PEA no total do estado (31%). As RGs de São José do Rio Preto, Barretos e Catanduva, de elevada atividade agrícola, também apresentam importante atividade pecuária.

Esta análise da economia do estado sugere agregar as RGs em cinco grandes áreas definidas a partir de suas afinidades produtivas e da própria dinâmica de seu desenvolvimento. As regiões aparecem destacadas com um traço mais espesso nos mapas. A primeira área tem como pólo central a Metrópole, em cujo *Entorno* gravitam as economias do Vale do Paraíba, a leste, Santos, ao sul, e Sorocaba, a oeste. É evidente que todas estas regiões têm atividades próprias muito intensas, mas cada uma, à sua maneira, apresenta forte relação com a economia metropolitana, que se cria ou se redefine a partir do amadurecimento da industrialização paulistana. A segunda área seria composta pelas RGs entre *Campinas* e Araraquara, que têm na primeira seu pólo mais dinâmico. Como já mencionado, nestas regiões se desenvolveu uma atividade industrial e agrícola moderna, ligada aos centros de pesquisa e universidades aí localizados, e bastante independente da Metrópole. A terceira área é a de atividade agroindustrial, que se define a partir de *Ribeirão Preto*, onde se desenvolveu todo um complexo industrial e financeiro a partir de uma agricultura organizada em moldes modernos. Na *Franja Ocidental* predomina uma economia tradicional, basicamente agropecuária. A pouca atividade industrial é de processamento destes produtos. Nesta área estão concentradas as regiões mais pobres do estado e de maior conflito social, como as de Presidente Prudente e Registro. A quinta área pode ser considerada uma *Região Intermediária*, localizada no centro do Estado, que vai de Itapetininga a Araçatuba. Sua economia é mais desenvolvida do que nas regiões vizinhas a oeste, mas menos que nas vizinhas a leste, tanto na agricultura como na indústria.

A *tabela 3* apresenta alguns dados populacionais agregados para tais regiões. A concentração da força de trabalho na indústria na Franja é a menor do estado. Além disso, é cerca de 10 pontos percentuais maior em Campinas do que em Ribeirão Preto ou na Região Intermediária, que, nos dados populacionais, é parecida com a de Ribeirão — uma pequena diferença é a maior concentração nas atividades de pecuária, aspecto em que ela se aproxima da Franja.

A grande diferença entre o Entorno da Metrópole e a região de Campinas que estes dados permitem inferir está na agricultura e nos serviços. Enquanto a atividade agrícola representa apenas 4% da força de trabalho do Entorno, alcança 8% da PEA campineira. Em contrapartida, o setor de serviços é razoavelmente mais representativo no Entorno do que em Campinas, cuja média é igual às das outras regiões. A participação do comércio, por seu lado, não apresenta diferenças significativas entre as regiões.

Tabela 3
 Dados populacionais e PEA, por setores, segundo regiões
 Estado de São Paulo
 1991

Regiões	População		PEA				
	total (milhares)	Total (milhares)	% Agr.	% Pec.	% Ind.	% Com.	% Serv.
Franja	2.820	1.158	21	6	20	12	39
Entorno	4.743	1.867	4	2	34	13	45
Campinas	3.793	1.649	8	2	37	13	40
Ribeirão	2.937	1.291	15	3	28	13	40
Intermediária	1.774	755	13	5	29	12	40

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação especial.

Na realidade, o setor industrial continua extremamente concentrado na Metrópole e no seu Entorno, que, juntos, concentravam 74% do VA industrial do estado e 67% da PEA em 1991. Campinas se destaca como a segunda região industrial do estado. Metrópole, Entorno e Campinas, juntos, concentravam, em 1991, 91% do VA do estado, deixando claro que o festejado deslocamento da indústria para o Interior foi, no mínimo, circunscrito⁹.

Tabela 4
 Indicadores de atividade industrial, segundo regiões
 Estado de São Paulo
 1991

Regiões	Valor adicionado		Emprego industrial		Valor <i>per capita</i>
	R\$ mil	%	Milhares	%	
Franja	653.967	2	89	3	7.384
Entorno	7.417.186	19	357	13	20.797
Campinas	6.831.821	17	378	13	18.095
Ribeirão	1.733.230	4	176	6	9.864
Intermediária	1.137.187	3	102	4	11.121

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; Ministério do Trabalho (Rais, 1991).

Nota: Valores em reais de setembro de 1995 corrigidos pelo IGP-di.

(9) Na realidade, se tomássemos apenas os dados de VA da Secretaria da Fazenda, o processo de interiorização teria se encerrado em 1985. Nesse ano a participação da Metrópole e seu Entorno era de 75% e a de Campinas, de 16%. Em 1994 essas proporções não apresentavam diferenças significativas: 73% na Metrópole e Entorno e 18% em Campinas. Em todo o período a participação das duas regiões somadas (91%) não se alterou.

Estes dados deixam claro onde está a diferença de produtividade do Interior. As regiões mais agrícolas apresentam produtividade muito mais baixa do que a das duas regiões industriais do Interior, que, por sua vez,

apresentam produtividade muito maior do que a da Metrópole, indicando que foram os setores mais produtivos (ou mais intensivos em capital) que se instalaram no Interior.

Chama a atenção também a baixa produtividade da Franja Ocidental, cujo valor é praticamente um terço do registrado pelo Entorno da Metrópole e menos de 40% do valor em Campinas. As outras duas regiões agrícolas apresentam valores intermediários. Como as indústrias das três regiões agrícolas estão concentradas no mesmo setor, o alimentício, aparentemente existe uma diferença de qualidade na indústria da Franja *vis-à-vis* à Região Intermediária e à de Ribeirão Preto.

Tabela 5
Produção e PEA agrícola, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Produção agrícola		PEA na agricultura		Valor <i>per capita</i>
	R\$ mil	%	Milhares	%	
Franja	1.768.183	19	246	32	7.182
Entorno	487.826	5	83	11	4.487
Campinas	2.265.996	25	130	17	17.482
Ribeirão	3.551.594	39	193	25	18.449
Intermediária	1.107.091	12	97	12	11.431

Fonte: Produção Agrícola Municipal de 1993 - IBGE; Censo Demográfico de 1991 - IBGE.

Nota: Valores em reais de setembro de 1995 corrigidos pelo IGP-di.

O Entorno apresenta a menor proporção na produção agrícola, além de produtividade extremamente baixa. Este resultado era esperado, já que, assim como a Metrópole, trata-se de região essencialmente industrial, dedicando-se basicamente a culturas de subsistência, grande parte absorvida pela própria Metrópole. Porém, este não é o caso da região fronteira do estado, que detém 32% da PEA agrícola estadual. Note-se que, com 193 mil pessoas ativas na agricultura, a região de Ribeirão produziu R\$ 3,6 bilhões em produtos agrícolas, enquanto a Franja, com 246 mil pessoas neste setor, produziu o equivalente a R\$ 1,8 bilhão.

Distribuição de renda no estado

Uma das principais medidas do bem-estar de uma sociedade é o nível de renda de sua população. O conceito de renda relevante para medir o

bem-estar é o de renda permanente, que desconsidera as flutuações temporárias tanto da renda corrente como da renda esperada. Este é um conceito bem-definido em termos econômicos, mas de difícil mensuração empírica, principalmente quando se trata de analisar a distribuição pessoal da renda. Assim, a maioria dos estudos utiliza como variável-chave a renda corrente. Este trabalho não é uma exceção. Como indicador do nível de renda, utilizamos o rendimento nominal médio mensal familiar *per capita* — ou seja, a soma dos rendimentos de todos os membros da família moradores habituais do domicílio — sobre o total de familiares, presentes ou ausentes há menos de doze meses com relação à data de referência (1º de setembro de 1991). O rendimento refere-se à soma do rendimento bruto da ocupação principal, de outras ocupações, de aposentadoria e/ou pensão e a média mensal de outros rendimentos (aluguéis, arrendamentos, doações, ganhos de capital etc.).

Em termos de equidade da distribuição de renda, o Brasil é um dos países com mais elevada desigualdade. A renda apropriada pelos 10% mais ricos corresponde a 7,2 vezes a renda apropriada pelos 40% mais pobres. No estado de São Paulo, esta relação, embora menor, é ainda bastante elevada, 4,6, um valor ainda superior à média mexicana, por exemplo¹⁰. É interessante notar que a desigualdade de renda no Brasil e em São Paulo está localizada na cauda superior da distribuição, isto é, a diferença é muito mais acentuada entre os mais ricos do que entre os mais pobres, como mostra a *tabela 6*. A razão de renda entre os quatro primeiros quintis da população brasileira (ordenação dos 20% mais pobres aos 20% mais ricos) não difere muito da registrada por países como México e Argentina, e a de São Paulo é próxima daquela de países como os Estados Unidos. A grande diferença está no último quintil.

Tabela 6

Razão de renda entre os quintis da população
Países selecionados e Estado de São Paulo
1991

Países e Estado de São Paulo	Razão de renda, por quintis da população			
	2/1	3/2	4/3	5/4
Estados Unidos	2,3	1,6	1,5	1,6
Japão	1,6	1,4	1,3	1,6
Argentina	2,3	1,5	1,6	1,9
México	2,5	1,8	1,8	2,9
Brasil	2,6	2,0	1,8	4,0
Estado de São Paulo	2,1	1,6	1,7	3,4

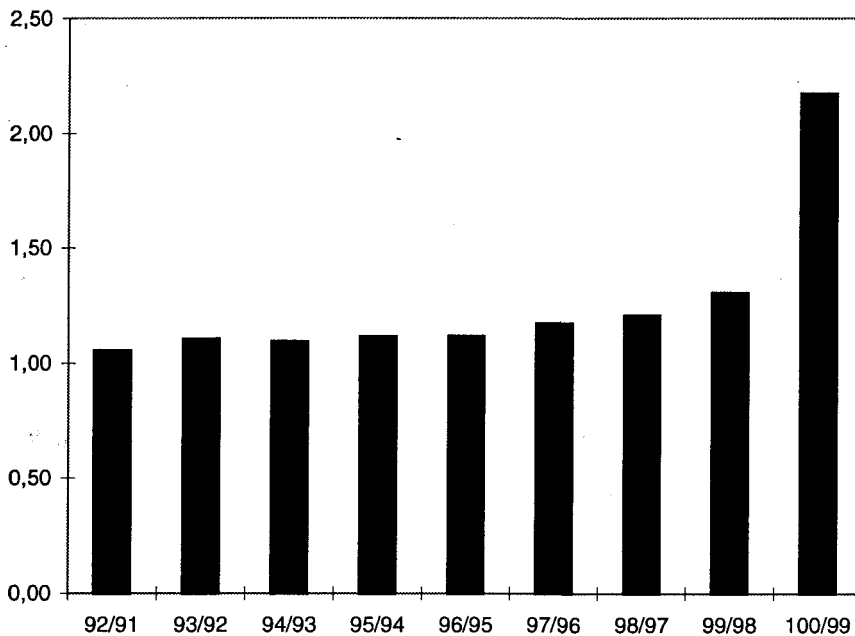
Fonte: Psachopoulos e outros (1992), para países; IBGE - Censo 1991, tabulação própria, para São Paulo.

Ao dividirmos a população em decis (de 10% em 10%), percebemos que a desigualdade é ainda mais localizada — os 10% mais ricos são muito mais ricos que o resto da população —, e se dividimos o último decil em dez notamos que o problema se concentra no último centil. De fato, este grupo detém mais de 13% do rendimento nacional¹¹. Também em São Paulo, 13,8% da riqueza está na mão de 1% da população. O *gráfico 1* ilustra o comportamento deste último decil para São Paulo, que pode ser diferente do resto do país em muitos aspectos, mas em termos de desigualdade é mais parecido com o Brasil do que com países de renda *per capita* semelhante.

(11) De acordo com a PNAD-1995, 13,4%. Em 1993 esta apropriação chegou a 15,5%.

Gráfico 1

Razão entre os centis do último décimo da distribuição da população
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

A análise comparativa da MetrÓpole e do Interior revela que os comportamentos destas duas regiÓes nŁo diferem muito, ainda que, onde se notam as maiores diferenÇas no paÍs e no estado, na razŁo de renda do 2º decil para o 1º e do 10º para o 9º, a diferenÇa seja ligeiramente superior no Interior em relaÇŁo Ł MetrÓpole.

Tabela 7

Razão de renda entre os decis da população, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

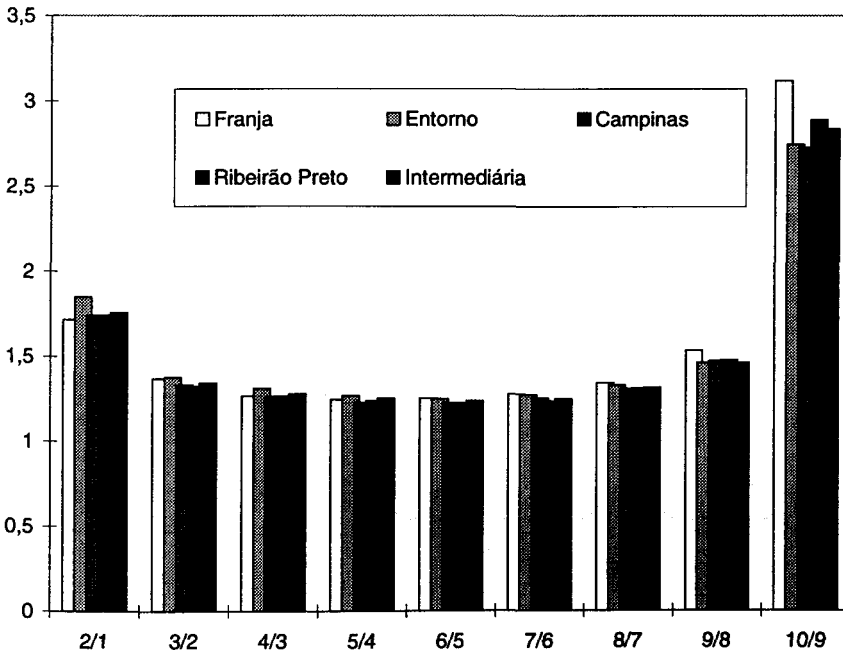
Regiões	Razão de renda, por decis da população								
	2/1	3/2	4/3	5/4	6/5	7/6	8/7	9/8	10/9
Estado	1,82	1,38	1,30	1,27	1,26	1,29	1,35	1,52	2,86
Metrópole	1,77	1,39	1,29	1,26	1,27	1,30	1,34	1,53	2,79
Interior	1,81	1,37	1,29	1,26	1,25	1,26	1,34	1,49	2,82

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

A heterogeneidade também é pequena nas regiões do Interior. A grande diferença de renda no último decil é característica de todas as regiões, sendo mais acentuada na Franja Ocidental e menos na região de Campinas.

Gráfico 2

Razão de renda entre os decis da população, por regiões
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Mas a comparação das distribuições de renda não deve ser feita apenas em função dos critérios de igualdade. Se o que se procura é uma medida de bem-estar da população, a classificação das distribuições por estes critérios pode ser duvidosa, como discutido em Paes de Barros e Mendonça (1995a). Considerem-se os critérios acima ou, por exemplo, os mais convencionais, como o coeficiente de Gini e a curva de Lorenz: todos se baseiam apenas na desigualdade das distribuições, não levando em conta as diferenças de renda média entre as mesmas. Assim como não se pode concluir sobre o bem-estar de uma população usando apenas a renda média, considerar apenas o nível de desigualdade não é suficiente.

Existem diversos critérios que procuram conciliar estas medidas para permitir uma melhor comparação. O mais usual é o de média igualdade, em que se considera que mais renda é preferível a menos renda e maior equidade é preferível a menor. Utilizando como medida de desigualdade a razão de renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, notamos que a Metrôpole tem renda e desigualdade mais elevadas do que o Interior. Por outro lado, o índice de desigualdade mais elevado no estado reflete alguma heterogeneidade em termos de distribuição renda. De fato, o indicador de desigualdade varia de 3,7 em Campinas a 4,8 na Franja. O Entorno metropolitano é mais rico do que as regiões de Ribeirão Preto e Intermediária, mas mais desigual.

Tabela 8
Média e desigualdade de renda, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

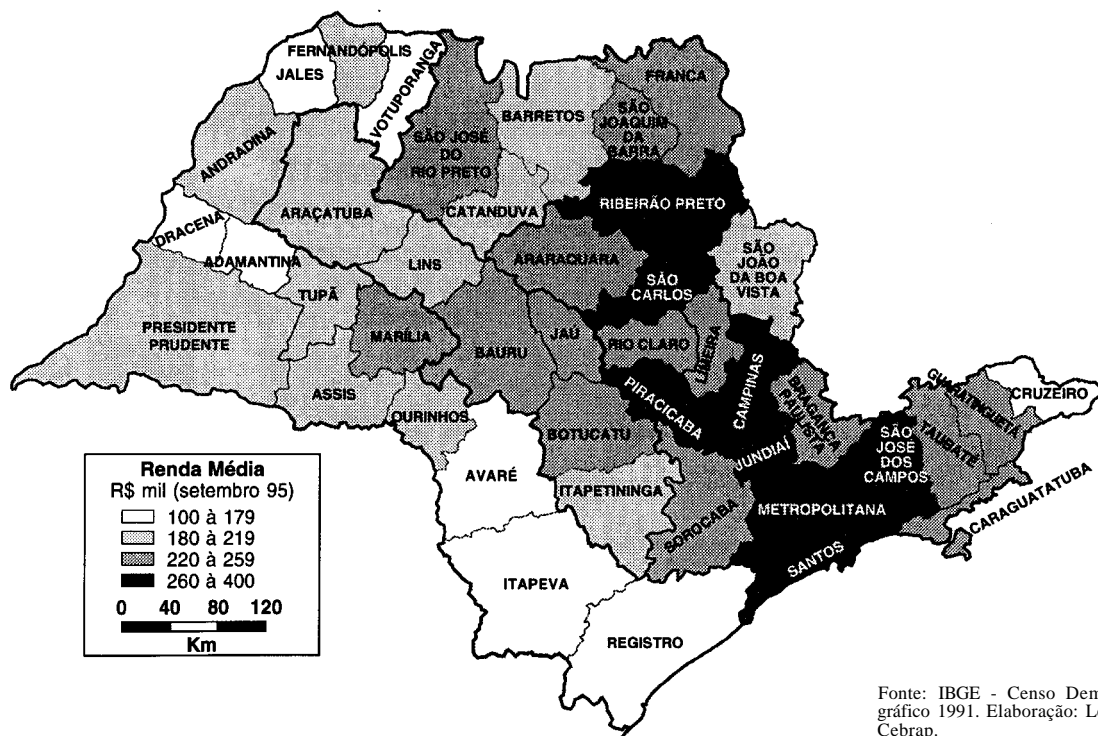
Regiões	Renda média	10%+/40%-
Estado	306	4,6
Metrôpole	375	4,5
Interior	241	4,2
Campinas	279	3,7
Entorno	261	4,2
Ribeirão	239	3,9
Intermediária	220	4,0
Franja	176	4,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Os *mapas 3 e 4* mostram a distribuição destes dois indicadores para as RGs que compõem nossas áreas de estudo. Na Franja, apenas Marília tem renda média familiar *per capita* acima de R\$ 220, e fora desta região

apenas Cruzeiro, no Vale do Paraíba, tem renda média familiar *per capita* abaixo de R\$ 180. As rendas médias mais elevadas se encontram na região que vai de Santos a Ribeirão Preto, mas é principalmente na de Campinas que os índices de desigualdade são relativamente mais baixos. Novamente, é a Franja que apresenta o maior número de regiões com índice de concentração acima de 4,5, porém é no Vale do Paraíba que se encontra o mais elevado: em Guaratinguetá a renda dos 10% mais ricos é 6,5 vezes a renda dos 40% mais pobres. Taubaté e Cruzeiro também apresentam índices acima de 4,5.

Mapa 3
Renda familiar per capita média

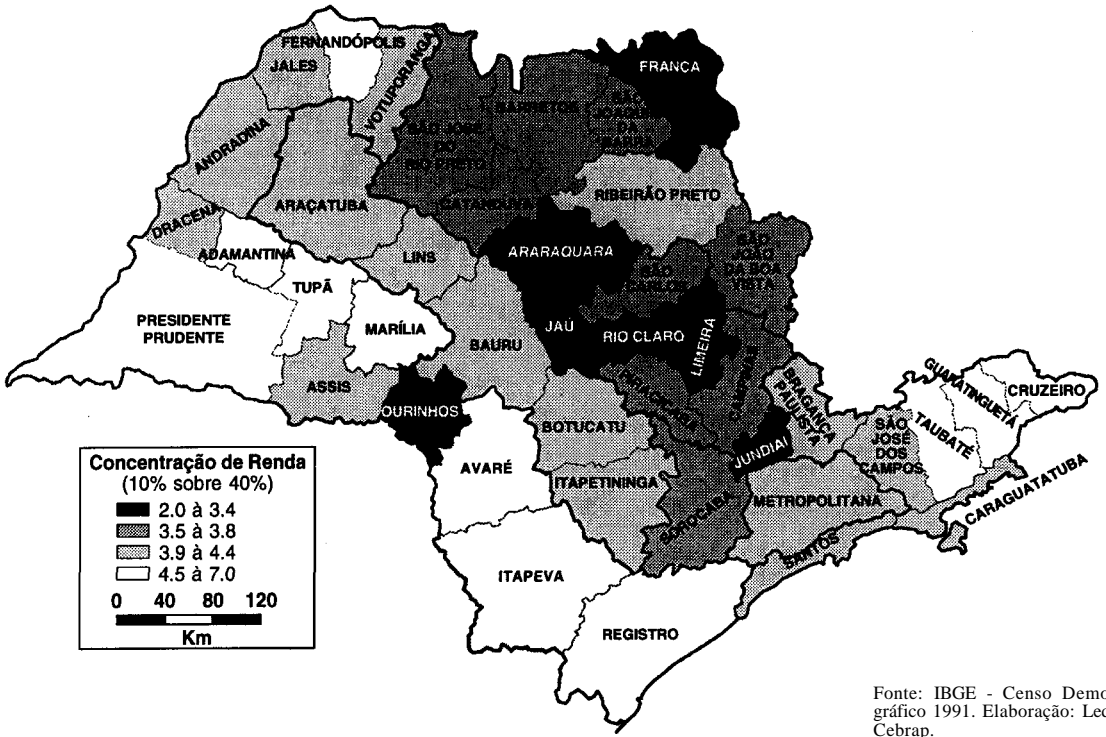


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991. Elaboração: Led-Cebrap.

As curvas de Lorenz (*gráficos 3a e 3b*), que dão a mesma ordenação que o índice de Gini, mostram, mais uma vez, que a concentração de renda é extremamente elevada em todas as regiões do estado: em nenhuma delas os 10% mais ricos detêm menos que 40% da renda. (Os números entre parênteses indicam a renda média de cada região.) Por outro lado, pode-se verificar que, por este indicador, a renda é ligeiramente mais bem distribuída no Interior do que na Metrôpole.

Mapa 4

Razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991. Elaboração: Led-Cebrap.

Gráfico 3a

Curva de Lorenz para Interior e Metrópole
Estado de São Paulo
1991

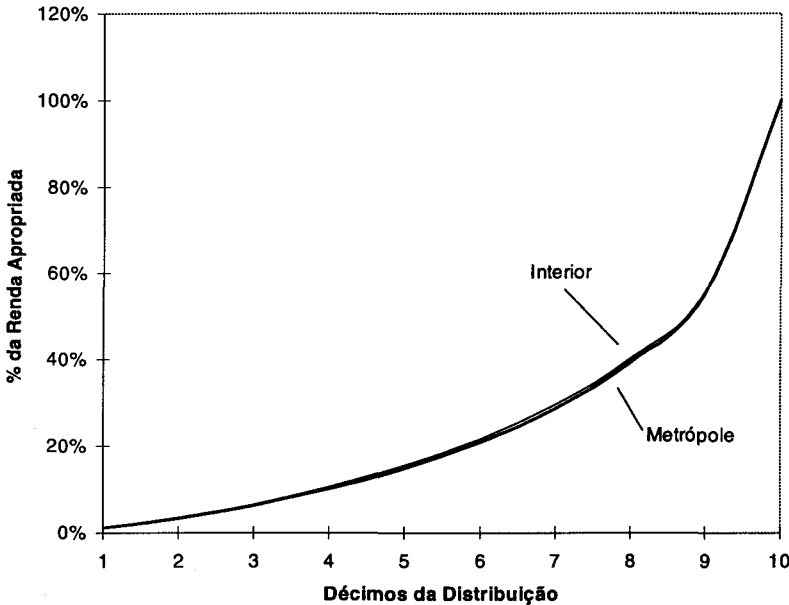
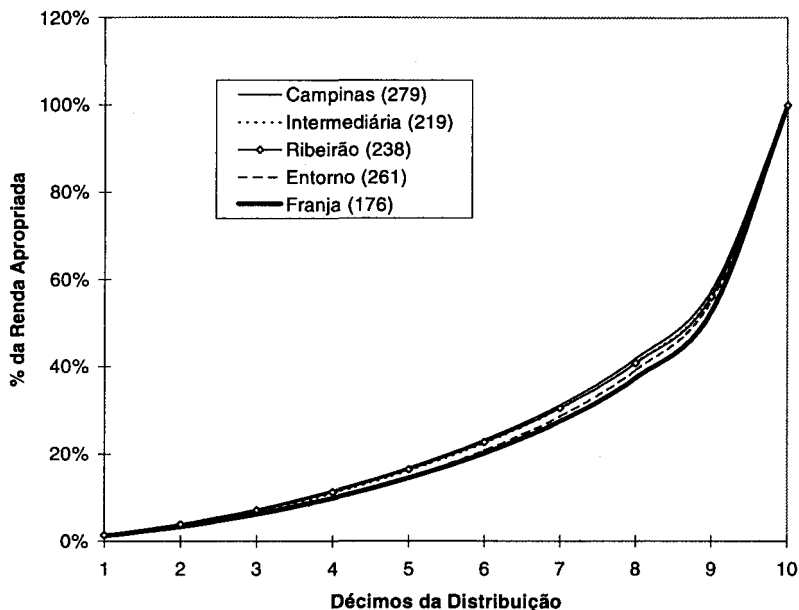


Gráfico 3b
 Curva de Lorenz para regiões do Interior
 Estado de São Paulo
 1991



Fonte: IBGE. - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Novamente, confirmam-se a superioridade de Campinas e a precariedade da Franja. Para ordenar as distribuições em conflito pelo critério de média igualdade — Entorno, região de Ribeirão e Intermediária — podemos utilizar o critério de Pareto, ou de dominância estocástica de primeira ordem¹², que consiste em verificar se a renda de cada componente da distribuição é superior ou igual à do componente correspondente da outra distribuição. Se mais renda é preferível a menos renda, então dominância de primeira ordem implica aumento de bem-estar. A diferença entre este critério e o combinado de média igualdade é que este impõe limites para a intensidade das preferências por igualdade. Se uma distribuição for preferível a outras pelo critério de média igualdade, também o será pela dominância de primeira ordem. Por este critério, a distribuição de renda na Metrópole domina a do Interior e a de todas as demais regiões. Por outro lado, o Entorno não domina a região agroindustrial em primeira ordem porque seus 20% mais pobres têm renda média inferior. Nos demais decis a renda média é sempre mais elevada. O critério de Pareto não é suficiente para ordenar estas duas distribuições. Como o problema é a elevada desigualdade do Entorno, que tem no entanto renda média mais elevada do que a região de Ribeirão, outro critério utilizado na literatura, o de dominância de segunda ordem¹³, também não consegue ordená-las.

(12) Se $F(y) < H(y)$ para todo y , com desigualdade estrita para pelo menos um valor, então H domina F em primeira ordem, onde y representa a renda e $F(\bullet)$ e $H(\bullet)$ são duas distribuições genéricas.

(13) Como discutido em Paes de Barros e Mendonça (1995a), o critério de segunda ordem compara as médias da distribuição acumulada, logo, dando mais peso à parcela mais pobre da população. Isto significa que se dá preferência à igualdade em relação à renda.

Tabela 9

Renda média familiar *per capita* por decis da população, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Renda média familiar, por decis da população									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Estado	35	64	88	115	146	183	237	320	486	1.389
Metrópole	45	79	110	142	179	227	294	394	601	1.679
Interior	30	54	74	96	121	151	190	254	379	1.069
Campinas	41	71	94	119	145	178	224	295	436	1.191
Entorno	31	58	80	104	132	165	210	281	413	1.135
Ribeirão	34	59	78	99	122	150	186	245	363	1.050
Intermediária	30	52	70	90	112	139	174	230	338	960
Franja	22	37	51	65	80	100	129	174	268	836

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Nota: Valores em reais de setembro de 1995 corrigidos pelo IGP-di.

A *tabela 9* indica que no Interior como um todo cerca de 40% da população tem renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 100, isto é, de um salário mínimo. Esta situação é mais grave na Franja, onde esta proporção chega a 60%. Como esta região é relativamente muito pobre, seria necessário reduzir em 30% a renda dos mais ricos para aumentar a renda média familiar dos mais pobres para um salário mínimo¹⁴. Na Metrópole esta proporção não chega a 4%, e no Entorno, a 10%.

Uma outra maneira de comparar a distribuição de renda das regiões é verificar a porcentagem de suas famílias em cada decil do estado, o que se apresenta nos *gráficos 4a* e *4b*. Como se poderia esperar, a Metrópole tem a menor porção de suas famílias no 1º decil (6%) e a maior parte delas (14%) no último, o inverso ocorrendo com o Interior. Todas as regiões do Interior seguem este comportamento, mas o mais radical verifica-se na Franja Ocidental. A região de Ribeirão e a Intermediária têm também uma curva descendente, porém muito mais suave. Campinas tem sua principal concentração de famílias nos decis médios, entre o 4º e o 7º.

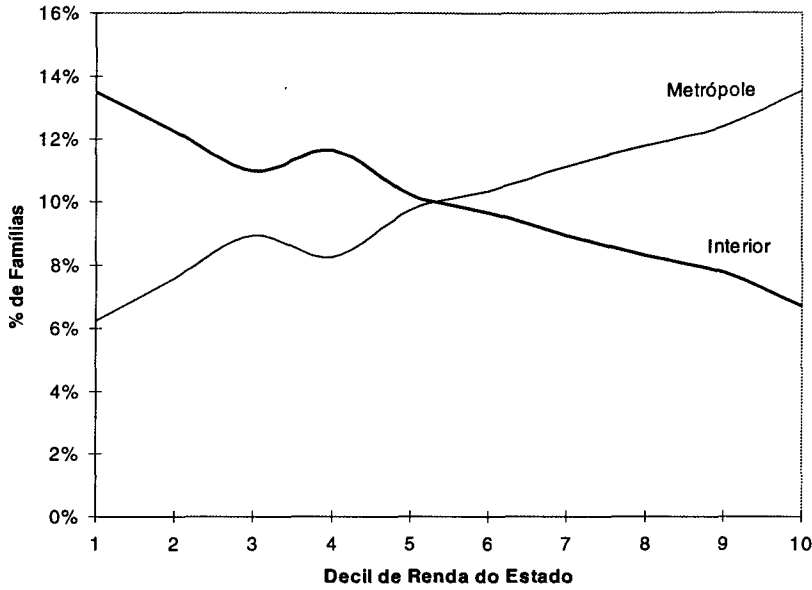
Se a distribuição fosse perfeita, as regiões deveriam ter exatamente 10% de suas famílias em cada decil do estado. O *gráfico 4b* mostra que, com exceção da Franja, as regiões não oscilam muito em torno deste valor. É claro que a variação é maior na região de Ribeirão (12% a 6%) e na Intermediária (14% a 6%) do que em Campinas e no Entorno (8% a 12%). A menor concentração de pobres na Metrópole também não é característica que distingue São Paulo do resto do país. As nove regiões metropolitanas do estado, que respondem por 33% da PEA com rendimento brasileira, têm 4% de sua população no decil mais pobre e 15% no mais rico do país. A variação brusca verifica-se na Franja, que tem 25% de famílias no decil mais pobre do estado e 4% no mais rico.

(14) Por outro lado, para que o primeiro decil da Franja alcançasse renda média de R\$ 100, sem alterar a distribuição, seria necessário um crescimento de 355% na renda total da região.

Gráfico 4a

Proporção das famílias do Interior e da Metrópole por decil de renda
Estado de São Paulo

1991

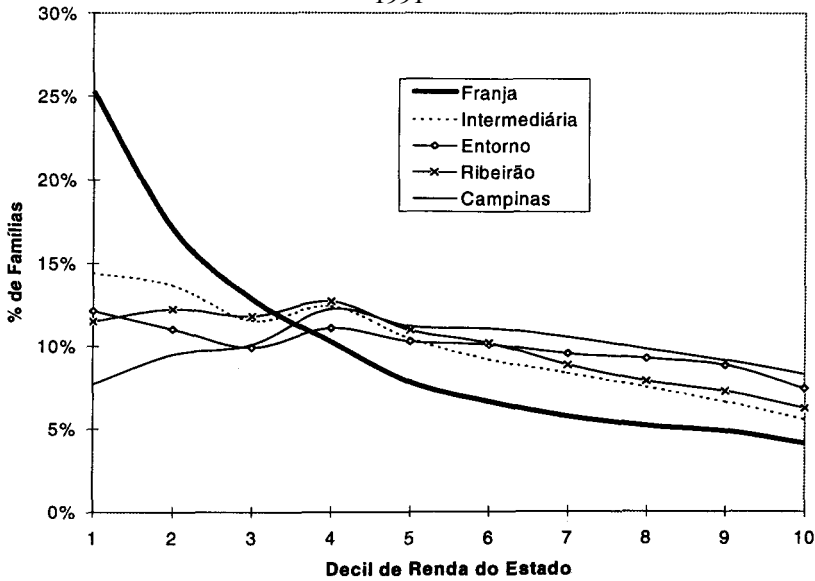


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Gráfico 4b

Proporção das famílias de cada região por decil de renda
Estado de São Paulo

1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Tais dados não levaram em conta a distribuição das famílias sem rendimento no estado, que pode ser observada na *tabela 10* e ajuda a qualificar os resultados discutidos acima. A maior concentração destas famílias ocorre na Metrópole e, entre as regiões do Interior, o Entorno apresenta o índice mais elevado. Nas demais regiões a diferença não é muito acentuada.

Tabela 10
Proporção de famílias sem rendimento, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Famílias sem rendimento Em%
Estado	2,44
Metrópole	3,13
Interior	1,79
Entorno	2,33
Franja	1,84
Campinas	1,58
Intermediária	1,57
Ribeirão	1,30

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Este maior índice de famílias sem rendimento na Metrópole, embora tenha efeito-escala sobre a distribuição de renda, dificilmente pode alterar a sua dominância em primeira ordem. A renda média da Metrópole, 55% superior à do Interior quando não se considera a população sem rendimento, cai para 53% quando se incluem estas famílias. Mesmo considerando-se apenas a diferença de renda do 1º decil, 43%, verifica-se que a inclusão das famílias sem rendimentos tem um impacto apenas marginal nas diferenças observadas. Já a alteração da relação do Entorno metropolitano com a região de Ribeirão Preto é um pouco mais forte, pois o primeiro tem o maior índice de famílias sem rendimento e a segunda, o menor. A diferença de renda média, que antes era de 9,5%, cai para 8,3% quando se inclui a população sem rendimento, aumentando ainda mais a diferença de renda do 1º decil de população em favor da região agroindustrial.

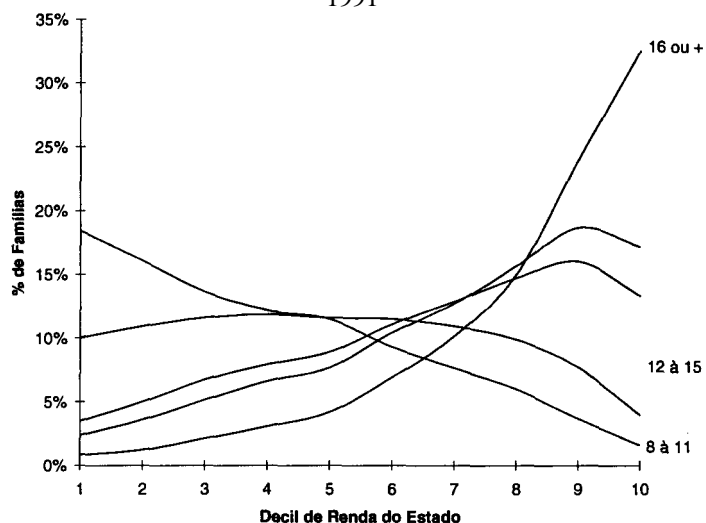
Educação e renda nas regiões do estado

A educação tem sido identificada como a variável mais importante para explicar os diferenciais de renda no Brasil. Paes de Barros e Mendonça

(1995b) identificam o poder explicativo de diversas variáveis. A desigualdade regional, por exemplo, explica de 2% a 5% da renda do trabalho, enquanto a educação explica de 35% a 50%. Paes de Barros e outros (1997), por outro lado, observam que, apesar da forte associação entre escolaridade e pobreza, a baixa escolaridade não leva necessariamente à pobreza. A ausência de um nível de educação mais elevado é mais uma "condição necessária para o acesso aos vinte centésimos mais ricos da distribuição do que uma condição necessária para escapar da pobreza" (p. 39).

Gráfico 5

Porcentagem das famílias em cada decil da população, segundo anos de estudo do chefe
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Não faz parte do escopo deste trabalho encontrar os determinantes da distribuição de renda, mas os dados para São Paulo parecem caminhar na mesma direção. No gráfico 5 apresenta-se a proporção de famílias em cada decil para cinco faixas de anos de estudo. De 4 a 7 anos de estudo, a proporção de famílias do 1º ao 7º decil é mais ou menos constante, caindo drasticamente para os dois últimos decis. Nas faixas de 8 a 11 e de 12 a 15, a proporção de famílias é crescente nos decis, porém apresentando uma quebra no último decil. Na última faixa, de 16 anos ou mais, o comportamento é exponencial, aumentando drasticamente nos últimos decis.

Desconsiderando-se os efeitos de outras variáveis, a proporção de famílias em cada decil de renda pode ser interpretada como uma probabilidade condicional¹⁵. Para o chefe que tem de 4 a 7 anos de estudo, a probabilidade de estar no 1º decil é de 10%. Assim, uma família cujo chefe

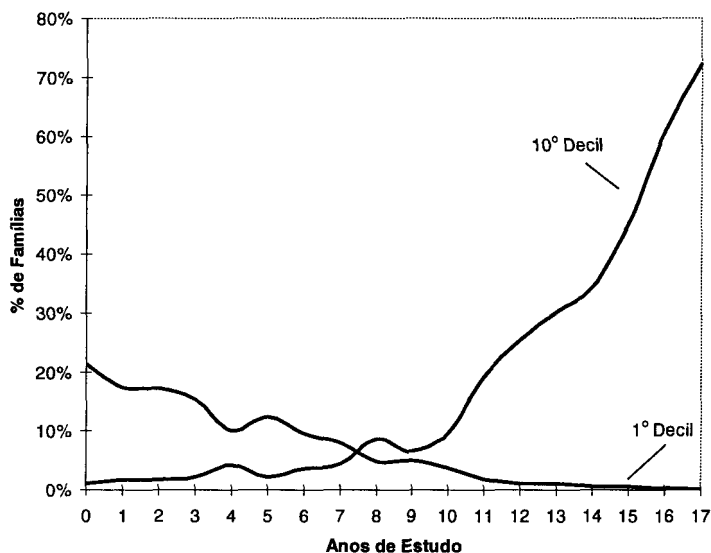
(15) Como não se está controlando para diferenças em outras variáveis, esta probabilidade provavelmente está superestimada.

possui ginásio incompleto tem mais ou menos a mesma probabilidade de estar entre o 1º e o 7º decil, mas probabilidade bem menor de estar nos dois últimos. Ou, analogamente, uma família cujo chefe terminou o curso superior (16 ou mais anos de estudo) tem probabilidade de mais de 30% de estar no decil mais rico.

Esses dados podem ser analisados num outro sentido. O gráfico 6 apresenta a proporção de famílias no 10º e no 1º decil em função do número de anos de estudo do chefe da família. A probabilidade de acesso ao último decil cresce a taxas lentas até 10 anos de estudo do chefe. A partir deste ponto, a probabilidade de estar no decil mais rico cresce a uma taxa muito mais elevada. Isto quer dizer que a probabilidade marginal de acesso ao último decil é crescente, ou seja, a partir deste ponto, um ano a mais de estudo aumenta mais do que proporcionalmente esta probabilidade.

Gráfico 6

Proporção de famílias no 11º e 10º decis, segundo anos de estudo do chefe
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

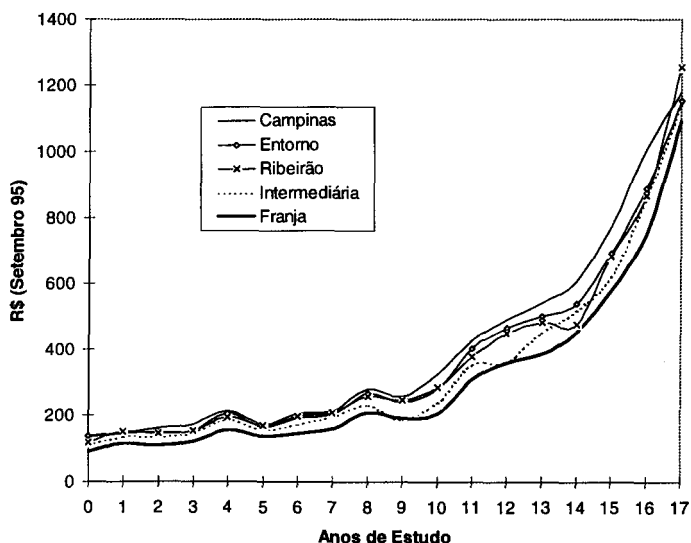
A probabilidade de pertencer ao 1º decil decai de acordo com os anos de estudo do chefe, tendendo para zero. Como se pode observar no gráfico 6, até 7 anos de estudo, um ano a mais de estudo contribui mais para aumentar a probabilidade de não estar no 1º decil do que aumenta a probabilidade de chegar ao 10º. Entre 7 e 10 anos, um ano a mais de estudo contribui pouco para aumentar a probabilidade de acesso ao último decil ou diminuir a de cair

no 1º. A partir de 10 anos de estudo, a probabilidade de acesso ao último decil cresce com maior inclinação do que a verificada antes deste ponto.

Esta inflexão a partir de 10 anos de estudo vale para todas as regiões do estado, como se pode observar no gráfico 7. A renda *per capita* média das famílias cujo chefe tem até 10 anos de estudo cresce de maneira suave, aumentando de intensidade a partir deste ponto. Este resultado vale para todas as regiões. Praticamente não há diferenças no formato das curvas das cinco regiões nem para o estado como um todo. É claro que as regiões mais ricas ficam acima das mais pobres, mas a diferença não é muito significativa. Um dos poucos comportamentos ligeiramente diferentes pode ser observado na região de Campinas, cuja curva cresce a taxas menores do que as das demais regiões a partir do ponto de inflexão. Este fato reforça a característica desta região de melhor distribuição de renda.

Gráfico 7

Renda familiar *per capita* média segundo anos de estudo do chefe
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

A variável educação parece ter poder explicativo bastante forte também no estado de São Paulo. A *performance* educacional brasileira tem sido extremamente fraca nos últimos anos. A média de anos de estudo masculina no Brasil em 1985 era de 3,59 anos, muito abaixo das dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos (11,83), e também muito inferior às dos países em desenvolvimento, como a Coreia (9,17), Argentina (6,71) ou Chile (6,55) (Barro e Sala-I-Martin, 1995).

Tabela 11
Anos de estudo médios dos chefes de família,
por decis de renda, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Anos de estudo médios dos chefes de família, por decis de renda										Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Estado	3,1	3,6	4,1	4,5	4,7	5,4	6,1	7,0	8,7	11,5	5,9
Metrópole	3,5	4,0	4,6	4,7	5,3	5,9	6,5	7,6	9,4	12,2	6,4
Interior	2,9	3,3	3,8	4,0	4,5	4,8	5,3	6,3	7,9	10,5	5,3
Entorno	3,2	3,7	3,9	4,5	4,8	5,3	5,9	6,8	8,3	10,8	6,2
Campinas	3,1	3,5	4,1	4,3	4,5	5,2	5,7	6,7	8,2	11,3	5,7
Ribeirão	3,0	3,4	3,7	4,0	4,4	4,5	5,2	6,0	7,7	10,3	5,2
Intermediária	2,9	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	5,3	6,2	7,5	10,2	5,2
Franja	2,6	2,9	3,3	3,1	3,7	4,1	4,6	5,5	7,1	9,4	4,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

A média de anos de estudo dos chefes de família paulistas ainda está um pouco abaixo dos nossos pares latino-americanos e bem abaixo dos Tigres Asiáticos ou dos países desenvolvidos. Note-se que, mesmo no último decil, a média de permanência no ensino do estado está abaixo da média norte-americana. A lamentável *performance* educacional brasileira se reproduz no estado de São Paulo, não obstante este apresente as melhores médias do país, mas ainda muito longe do padrão internacional. Sem dúvida, esta foi e continua sendo uma das variáveis mais importantes para a implantação de políticas distributivas. Em termos das diferenças regionais, a superioridade da Metrópole em relação ao Interior se confirma. A grande novidade é o Entorno, que não apresenta médias maiores que Campinas apenas no 3º e no último decis, além de médias superiores às de Ribeirão em todos os decis de renda. Este dado não é perfeitamente compatível com os de distribuição de renda. Como vimos, a distribuição de renda do Entorno é dominada pela região de Campinas e não é comparável com a de Ribeirão. Como o Entorno mantém estreita relação com a Metrópole, isso pode ter facilitado o intercâmbio estudantil entre estas duas áreas. Porém, este argumento não justifica por que as diferenças no estudo não se reverteram em menos desigualdade no Entorno da maneira que se verificou nas outras regiões.

Gênero e cor

Como se destacou na seção anterior, as análises da influência do número de anos de estudo sobre a renda familiar foram apenas parciais, visto que não

se controlaram outras possíveis variáveis que poderiam estar agindo no mesmo sentido. Paes de Barros e Mendonça (1995b) controlam diversas variáveis, entre elas gênero e cor. Nesta seção descrevemos sucintamente os diferenciais de renda por gênero e cor do chefe de família. Em primeiro lugar, nota-se na *tabela 12* que a grande maioria dos chefes ainda é do sexo masculino. Chama a atenção a diferença entre Metrôpole e Interior. Note-se que a proporção de chefes mulheres no Interior prevalece em todas as regiões, exceto no Entorno.

Tabela 12

Número de famílias e renda média familiar *per capita*,
por sexo do chefe, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Número de famílias (milhares)	Renda e distribuição familiar, por sexo do chefe				Diferencial de renda
		Homens		Mulheres		
		%	R\$	%	R\$	
Estado	8.185	82	309	18	291	5,9
Metrôpole	3.952	80	381	20	352	7,6
Interior	4.234	84	246	16	222	9,7
Franja	732	84	181	16	148	23,0
Entorno	1.227	82	265	18	240	10,4
Campinas	1.011	84	282	16	264	7,1
Ribeirão	793	84	242	16	220	10,2
Intermediária	471	84	223	16	200	11,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Nota: Valores em reais de setembro de 1995 corrigidos pelo IGP-di.

Em todas as regiões a renda é maior entre as famílias chefiadas por homens do que nas chefiadas por mulheres, mas o diferencial não é muito expressivo. Lembre-se que o diferencial de renda entre a Metrôpole e o Interior é de 55% e que a renda média *per capita* das famílias cujo chefe declarou 17 anos ou mais de estudo é quase 9 vezes a renda dos que declararam não ter instrução. O maior diferencial ocorre na Franja: 23%.

Os *gráficos 8a* e *8b* ilustram as diferenças entre as famílias chefiadas por homens e por mulheres em termos de acesso aos decis de renda de suas regiões. Como se pode observar, as diferenças são menos marcantes do que entre Metrôpole e Interior, por exemplo. O comportamento do estado é muito parecido com o de suas regiões. Para todas existe maior concentração de famílias chefiadas por mulheres no 1º decil seguida de uma tendência declinante bem suave. A maior concentração no 1º decil ocorre na

Metrópole e seu Entorno (13%) e a menor concentração no 10º decil ocorre na Franja (8%), onde a tendência declinante é um pouco mais intensa. Todas têm uma queda brusca, seguida por um pico no 4º, 5º ou 6º decis e nova queda. A partir deste ponto, a curva, em geral, segue sem tendência¹⁶.

(16) A Franja, como se pode observar no gráfico 8b, segue tendência declinante, mas trata-se exceção.

Gráfico 8a

Porcentagem de famílias por decil de renda, segundo o sexo do chefe
Estado de São Paulo

1991

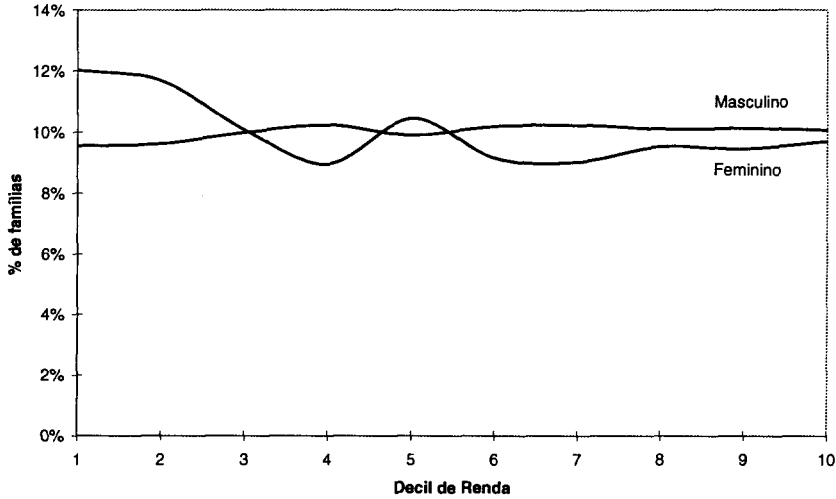
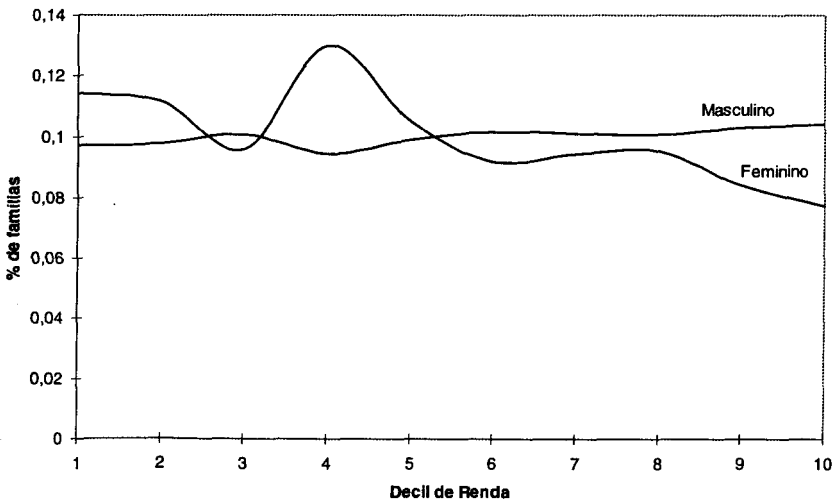


Gráfico 8b

Porcentagem de famílias por decil de renda, segundo o sexo do chefe
Franja Ocidental

1991



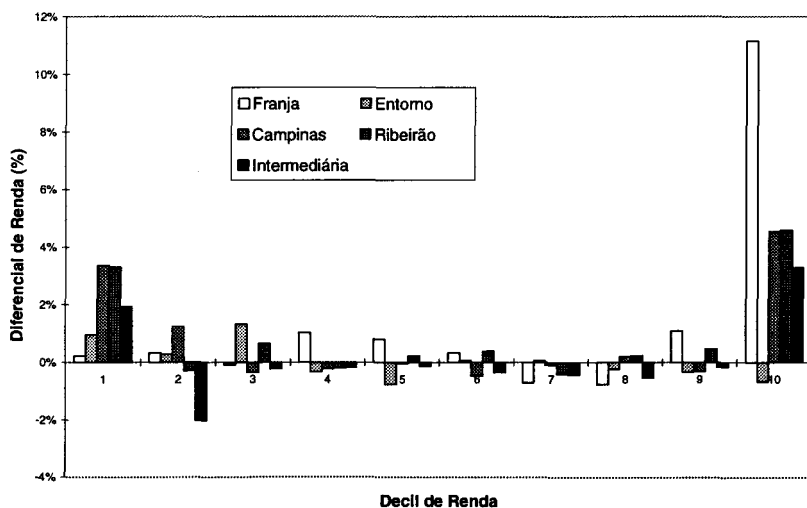
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

O gráfico 9 mostra os diferenciais de renda por decil e deixa claro que as maiores diferenças estão no 1º e, especialmente, no último decil. Conforme já mencionado, há grande concentração de renda no último decil, o que distorce a renda média. Note-se que, para a Franja, a renda das famílias do último decil chefiadas por homens é 11% superior à das famílias chefiadas por mulheres. De fato, se consideramos apenas os 90% mais pobres, o diferencial de renda entre os gêneros na Franja cai para 8,4%. Esta queda vale para todas as regiões, com exceção da de Campinas.

Isto indica que o fato de o chefe ser do sexo feminino não é um grande limitador para que a família atinja o último decil. O resultado é que a distribuição de renda das famílias chefiadas por mulheres é ligeiramente superior em todas as regiões. Esta superioridade, no entanto, é extremamente perversa: a distribuição não é melhor porque os pobres são menos pobres entre as famílias chefiadas por mulheres, mas porque os ricos são menos ricos. Aliás, o maior diferencial no 1º decil associado à maior concentração de renda neste indica que deve haver, proporcionalmente, um grande número de famílias chefiadas por mulheres abaixo da linha de pobreza.

Gráfico 9

Diferencial de renda média *per capita* familiar entre famílias chefiadas por homens e por mulheres
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

As diferenças de renda média entre as cores é muito mais marcante do que as de gênero: a renda média *per capita* das famílias chefiadas por brancos era pelo menos 80% superior às de chefes negros. A tabela 13 traz os dados para as duas cores, que juntas representam 98% das famílias do estado. Pelo Cen-

so de 1991, 4,2 mil chefes se declararam indígenas¹⁷ (0,1%) e 132 mil, amarelos (2%). As famílias com chefes indígenas apresentavam renda baixa (R\$ 213), porém um pouco superior à dos negros (R\$ 178). A maior concentração de chefes de família indígena se deu na Metrôpole e Entorno, que juntos respondiam por 74% das famílias. As famílias chefiadas por amarelos, por outro lado, apresentam renda mais elevada que a dos brancos em todas as regiões, especialmente na Franja, segunda maior concentração do estado, onde é 59% superior. As famílias chefiadas por amarelos também estão concentradas na Metrôpole: 65%.

(17) Como se trata da amostra, isto significa cerca de 500 famílias entrevistadas.

Tabela 13

Número de famílias e renda média familiar *per capita*,
por cor do chefe, segundo regiões
Estado de São Paulo
1991

Regiões	Número de famílias (milhares)	Renda e distribuição familiar, por cor do chefe				Diferencial de renda
		Brancos		Negros ¹		
		%	R\$)	%	R\$	
Estado	8.185	72	345	26	178	94
Metrôpole	3.952	68	438	29	207	112
Interior	4.234	76	267	22	142	88
Franja	732	71	194	27	104	85
Entorno	1.227	76	289	23	160	80
Campinas	1.011	80	307	19	160	91
Ribeirão	793	78	262	21	144	82
Intermediária	471	77	241	21	129	87

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

(1) Famílias cujo chefe se declarou preto ou pardo.

Nota: Valores em reais de setembro de 1995 corrigidos pelo IGP-di.

Tomando como indicador o diferencial de renda entre as cores, pela primeira vez a Franja não é a "laterninha": o pior diferencial encontra-se na Metrôpole, 112%, equivalente ao diferencial entre a região mais rica (a metropolitana) e a Franja: 113%. Aliás, estas são as regiões mais heterogêneas do estado em termos de cor. Nos *gráficos 10a e 10b* pode-se observar a forte tendência declinante da proporção de famílias chefiadas por negros conforme se caminha nos decis de renda: cerca de 16% estão no 1º decil e pouco mais de 2% no último.

A diferença é muito mais acentuada do que quando controlamos pela variável gênero. A comparação regional é um pouco mais complexa. Por um lado, a cor do chefe parece ser um fator limitante de acesso aos últimos decis mais forte do que a região. Por outro, parece ser menos relevante para se escapar da pobreza. Comparando-se com o *gráfico 4b*, nota-se que a queda para a Franja é

Gráfico 10a

Porcentagem de famílias por decil de renda segundo a cor do chefe
Estado de São Paulo
1991

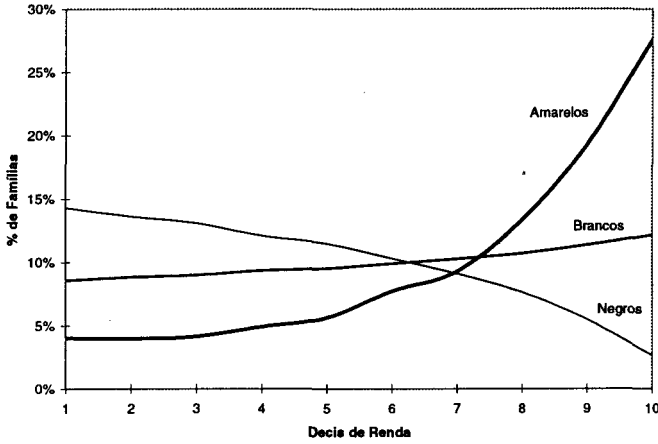
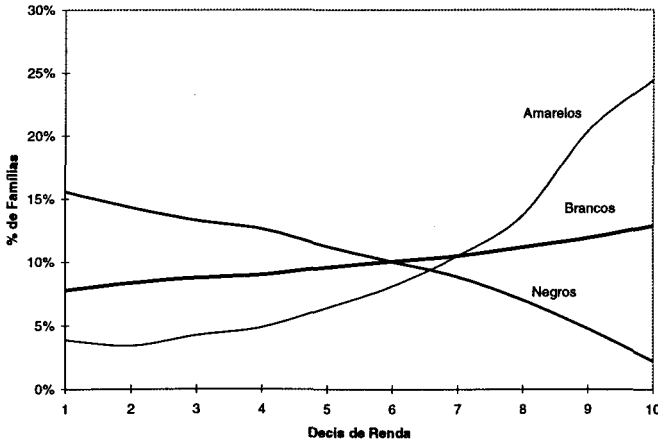


Gráfico 10b

Porcentagem de famílias por decil de renda segundo a cor do chefe
Metrópole
1991

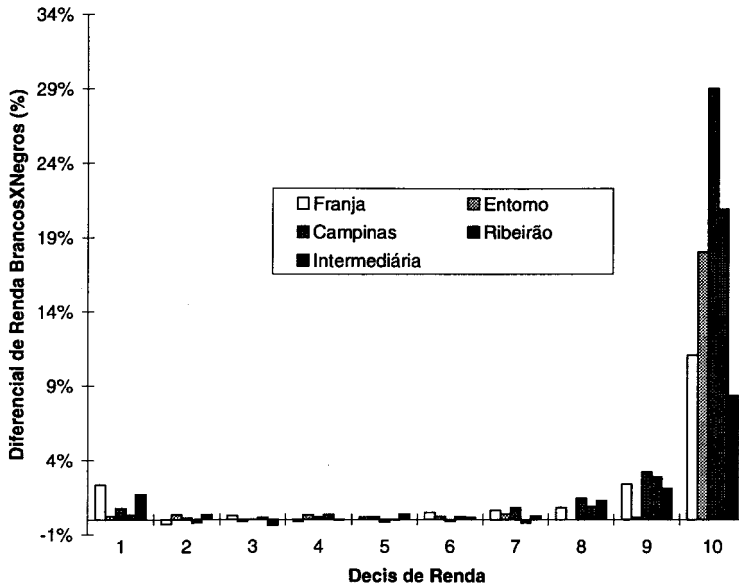


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

muito mais pronunciada nos primeiros decis, diminuindo o ritmo a partir do 3°. Para as famílias chefiadas por negros, a queda é mais ou menos uniforme, cruzando com a reta para brancos apenas no 6° decil. Apresenta-se também a reta para as famílias chefiadas por amarelos, que mostra tendência muito mais ascendente do que para brancos. Isto ilustra que, na verdade, estas diferenças devem apenas esconder os diferenciais de educação. Porém, se fosse este o caso, restaria saber por que os negros têm menos acesso à educação formal.

Gráfico 11

Diferencial de renda média *per capita* familiar entre famílias chefiadas por brancos e por negros
Estado de São Paulo
1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991, tabulação própria.

Além da diferença mais marcante na proporção de famílias por decil, a diferença de renda média no último decil é também mais acentuada para todas as regiões do estado. Além do fato de o chefe da família ser negro dificultar sobremaneira o acesso ao último decil, ao contrário do que se verificou nos diferenciais por gênero, novamente pode-se concluir que, entre as famílias ricas, as chefiadas por brancos são bem mais ricas do que as chefiadas por negros. Apesar de as diferenças de rendimento entre as cores serem muito menores do que os diferenciais por anos de estudo, elas se aproximam dos diferenciais regionais. Mesmo que estas diferenças estejam encobrendo outras variáveis, cabe estudar mais atentamente este diferencial e suas origens.

Conclusão

A análise comparada que aqui realizamos permite inferir certa relação entre as condições de bem-estar, medidas pela distribuição de renda, e as características produtivas das diversas regiões do estado de São Paulo. As piores condições de bem-estar aparecem nas regiões de economia mais

REFERÊNCIAS

Bacha, Edmar e Taylor, Lance. *Models of growth and distribution for Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

Barro, Robert e Sala-I-Martin, Xavier. *Economic growth*. New York: McGraw Hill, 1995.

Cano, Wilson (coord.). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação Seade, 1988 (col. Economia Paulista, vol. 1, nº 2).

Cochran, W. G. *Sampling techniques*. 3ª ed. New York: John Wiley & Sons, 1977.

Fishlow, Albert. "Brazilian size distribution of income". *American Economic Review*, may, 1972.

Hirshleifer, J. J. e Riley. "The analytics of uncertainty and information". *Cambridge surveys of economic literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 1991 - Documentação dos Microdados da Amostra*. Rio de Janeiro, 1996.

Langoni Carlos G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

Leme, Maria C. e Biderman, Ciro. *O desafio metropolitano brasileiro: Reestruturação produtiva, combate à pobreza e equidade*. São Paulo, relatório de pesquisa, Convênio Cebrap/ Finep, 1997 (mimeo).

Meyer, Regina. P. e outros *São Paulo metrópole terciária: Entre a modernização pós-industrial e a herança social e territorial da industrialização*. São Paulo, relatório de pesquisa, Convênio Cebrap/Ipea, 1997 (mimeo).

Paes de Barros, Ricardo e Mendonça, Rosane S. P. "A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas - 1960/90". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 25(1), abril, 1995a.

_____. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. São Paulo: Ipea, 1995b (Texto para Discussão nº 377).

tradicional, que mantêm características que fogem à tendência do estado como um todo. Nestas regiões, não só a renda média é inferior como sua distribuição é pior. Não é à toa que justamente nestas áreas se concentram os conflitos de terra do estado. É possível que esta situação esteja relacionada com a economia dos estados vizinhos. Um exemplo ilustrativo é a diferença entre Barretos e Cruzeiro: ambas estão na fronteira com Minas Gerais, mas a primeira é fronteira com o triângulo mineiro, uma das regiões mais ricas do estado, enquanto a outra, com o sul de Minas e a zona da mata, regiões bem mais pobres.

Já o vetor noroeste apresenta agricultura bem-desenvolvida, indústria moderna e as melhores condições de vida do Interior. Como exposto, o desenvolvimento econômico nestas regiões foi razoavelmente equilibrado. No Entorno metropolitano a situação é um pouco mais complexa. Apesar de o bem-estar nesta região ser relativamente bom, parece que não consegue se expandir para as regiões próximas, ao contrário do que se verifica nas proximidades de Campinas ou nas regiões de agricultura moderna.

O resultado, em termos de distribuição de renda, é que o Entorno é mais desigual do que Campinas, Ribeirão e a Região Intermediária. Por outro lado, observou-se que o número de anos de estudo do chefe da família, apesar de estar muito relacionado com a distribuição de renda de cada região considerada, não parece dar conta de explicar por que o bem-estar do Entorno, que tem a escolaridade média mais elevada do Interior, é inferior ao de Campinas e não comparável com o de Ribeirão. A resposta parece estar mais ligada ao desenvolvimento econômico das regiões: aparentemente, a vinculação com a Metrópole acabou desempenhando um papel perverso na distribuição de renda do seu entorno.

Na realidade, dentro de cada grupo nota-se certa hierarquia. Em geral existe um pólo mais rico, como Ribeirão Preto nas regiões de agricultura moderna, Campinas na sua região e a Metrópole em relação ao seu entorno. Estas aglomerações, via de regra, dominam todas as outras do seu grupo. Na Franja Ocidental, esta hierarquia não está muito clara, inclusive devido à sua extensão. Contudo, pode-se dizer que Marília cumpre este papel de líder.

A agregação das áreas, apesar de algumas arbitrariedades para manter a continuidade das regiões, permite que se analise mais atentamente o que ocorre com o Interior. Por um lado, mostra que a industrialização a qualquer custo que orientou a política de desenvolvimento econômico das últimas décadas não levou obrigatoriamente a uma melhoria no bem-estar da população. O efeito pode ser positivo, como o verificado em Campinas, mas também perverso, como o observado no Entorno. Além disso, a agricultura parece desempenhar um papel muito mais importante do que a febre industrialista sugeria, gerando uma economia com menos desigualdade e relativamente rica, como se pode observar em Ribeirão Preto. Por fim, mostra que a má distribuição de renda pode ajudar a manter uma economia estagnada, como se verifica na Franja Ocidental.

Paes de Barros, Ricardo, Machado, A. F. e Mendonça, Rosane S. P. *A desigualdade da pobreza: Estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero*. São Paulo: Ipea, 1997 (Texto para Discussão nº 453).

Psacharopoulos, G. e outros. "Poverty and income distribution in Latin America: The story of the 1980's". *World Bank: Human Development Report — Anexo 3*, 1992.

Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, 1992 (8 vols.).

_____. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo — 1994*. São Paulo, 1995.

Silva, P. L. N., Bianchini, Z. M. e Albieri, S. *Uma proposta de metodologia para a expansão da amostra do Censo Demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992 (Textos para Discussão, nº 62).

Recebido para publicação em 22 de outubro de 1997.

Maria Carolina Leme é professora da Eaesp-FGV e pesquisadora do Cebrap. Ciro Biderman é doutorando em Economia na Eaesp-FGV e pesquisador do Cebrap.

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 49, novembro 1997
pp. 181-211